

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/22938</b>	<b>22811/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DJ - DAAJ - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

1. Em reunião do Executivo Municipal de 2 de junho de 2025, foi deliberado aprovar a abertura do procedimento para elaboração de um regulamento municipal sobre a instalação e gestão de contentores de recolha de roupa usada em espaço público;
2. Pelo aviso AV/12/2025, publicado na página institucional do Município a 03.06.2025, foi dada a conhecer à população a deliberação, na qual se referia a intenção de regulamentar a referida matéria;
3. Durante o prazo legalmente estipulado, não se apresentaram interessados para participar ou contribuir com sugestões.
4. A proliferação desordenada deste tipo de equipamentos/ contentores tem levantado questões relevantes relativas à ocupação do espaço público, segurança, higiene, ordenamento urbano e integração paisagística, pretendendo-se, com a regulamentação da matéria, assegurar uma gestão eficaz que promova a economia circular e práticas sustentáveis, em harmonia com o espaço público que a esta Autarquia compete gerir;
5. O Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), na Parte D – Gestão do Espaço Público, já contempla normas relativas à ocupação e uso do espaço público;
6. Por questões de sistematização e coerência normativa, entende-se que seria conveniente a integração desta matéria no CRMB, em vez da criação de um regulamento autónomo;



7. Em cumprimento do princípio da boa administração, cumpre salientar que, para o cidadão, é notoriamente mais simples, intuitivo e eficaz dispor de um único diploma que reúna toda a matéria relativa ao espaço público, do que dispersar regras em diferentes diplomas avulsos.
8. A codificação sistemática das normas que se pretendem criar, fortalece a transparência, garante a coerência interpretativa e facilita a consulta, compreensão e aplicação prática, em linha com os princípios da clareza e segurança jurídica previstos no nosso ordenamento jurídico.
9. Pelo que se entende que a inserção desta matéria num título específico da parte D do CRMB (ao invés de um regulamento autónomo), com a consequente parte sancionatória na parte I, será mais útil aos cidadãos;
10. Cumpre ainda destacar que a opção por integrar a regulamentação da instalação e gestão de contentores de recolha de roupa usada no Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB) não prejudica, em momento algum, as fases do procedimento de elaboração de regulamento previstas no Código do Procedimento Administrativo (CPA).
11. Tal decisão visa otimizar os atos já praticados, respeitando integralmente os princípios da legalidade, da participação e da transparência, legalmente consagrados.
12. Já no que concerne à taxa aplicável à instalação e manutenção destes contentores, a mesma será contemplada na revisão da Tabela de Taxas Municipais, atualmente em fase de avaliação para posterior revisão;
13. Concluída a fase inicial do procedimento regulamentar, cumpre, agora, uma vez que a natureza da matéria assim o justifica, submeter o projeto regulamentar a consulta pública, pelo período de 30 dias, para recolha de sugestões, procedendo-se, para esse efeito, à sua publicação na 2ª Série do Diário da República e no site institucional do Município, nos termos previstos no artigo 101.º do CPA.

## **PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

PROPÕE-SE QUE O EXECUTIVO MUNICIPAL DELIBERE APROVAR A ABERTURA DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA DA PARTE D DO CRMB, POR ADITAMENTO DO TÍTULO V – INSTALAÇÃO E GESTÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA, NOS TERMOS PREVISTOS NO ARTIGO 101.º DO CPA.

## **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



## NOTA JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO REGULAMENTAR

Tendo o Município de Braga constatado a crescente disseminação de contentores de recolha de roupa usada em diversos pontos do espaço público, sem controlo, planeamento ou licenciamento adequados, impõe-se, com carácter premente, a regulamentação específica dessa atividade. A expansão desordenada destes equipamentos, reforça a urgência de estabelecer normas claras e eficazes para a sua instalação, manutenção, localização e gestão.

Ademais, a ausência de regulação acarreta riscos de utilização indevida, deposição inapropriada e degradação urbana, afetando negativamente a imagem da cidade e a qualidade de vida dos seus habitantes. Não se trata apenas de uma resposta reativa, mas de uma estratégia inscrita na visão de sustentabilidade do Município, garantindo simultaneamente a gestão ordenada do espaço público e a promoção ambiental.

Com efeito, uma ocupação do espaço público desta natureza, depende de regime legal prévio de licenciamento, estando a ocupação sujeita a critérios técnicos, temporais, estéticos e de segurança. Concomitantemente a presente revisão regulamentar pretende estabelecer como requisitos essenciais que a instalação de contentores de recolha não deve prejudicar a circulação pedonal ou viária, a acessibilidade, a visibilidade da sinalização, nem deteriorar espaços públicos, através de contaminação visual ou paisagística.

Nos termos do artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, “os regulamentos são aprovados com base num projeto, acompanhado de uma nota justificativa fundamentada, que deve incluir uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas.”

No presente projeto de regulamento essa ponderação deve tender, seguramente, para o lado dos benefícios. Efetivamente, a presente regulamentação não implica qualquer encargo financeiro para o Município, porquanto os custos de aquisição, instalação, manutenção e fiscalização serão integralmente suportados pelos operadores através de taxas específicas a incluir na Tabela Municipal, sem onerar o erário público.

Isto posto:

É elaborada a presente proposta de alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga, nas suas **partes D e I**, ao abrigo do disposto nos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea. g), do n.º 1, do artigo 25.º na alínea k), do n.º 1, do art. 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos artigos 14.º e 20.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e demais legislação em vigor sobre a matéria.

### A) Alteração ao artigo D-2/1.º

## **Artigo D-2/1.º**

### **Objeto**

1. O presente Título visa definir, para toda a área geográfica do Município de Braga:
  - i) **O regime de ocupação do espaço público com instalação de mobiliário urbano, para execução de operações urbanísticas ou outras formas de ocupação sujeitas a licenciamento;**
  - ii) O regime de afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial;
  - iii) O regime de exploração dos quiosques municipais.
2. (...)

## **B) Aditamento ao CRMB, parte D – TÍTULO II – CAPÍTULO V – INSTALAÇÃO E GESTÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA**

## **Artigo D-2/71.º**

### **Objeto**

As normas contantes no presente título visam fomentar a reutilização e reciclagem de têxteis, reduzindo os resíduos urbanos e assegurando a boa gestão e limpeza do espaço público, fixando as condições aplicáveis à instalação, utilização e manutenção de contentores destinados à recolha de roupa e outros têxteis reutilizáveis em espaços públicos do Município de Braga.

## **Artigo D-2/72.º**

### **Âmbito de Aplicação**

O presente título aplica-se a todas as entidades, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que pretendam instalar contentores de recolha de roupa usada em domínio público municipal.

## **Artigo D-2/73.º**

### **Licenciamento Municipal**

1. A instalação de contentores em espaço público, carece de prévio licenciamento do Município de Braga.
2. O procedimento de licenciamento deve ser formulado com a antecedência mínima de trinta dias em relação à data pretendida para o início da ocupação pretendida.
3. O pedido de autorização deve ser instruído com os seguintes elementos:
  - a) Identificação do requerente;
  - b) Identificação da localização;
  - c) Indicação do período de tempo pretendido para a ocupação;
  - d) Memória descritiva com as características técnicas do equipamento objeto do pedido (dimensões, materiais, design), bem como outras informações necessárias à apreciação do pedido;

- e) Fotografia a cores do local objeto da pretensão, incluindo, caso se justifique, fotomontagem de integração;
  - f) Declaração do requerente responsabilizando-se por eventuais danos causados no espaço público.
  - g) Planta de implantação (escala 1:200, 1:100 ou 1:5000) cotada, assinalando as dimensões (comprimento e largura) do espaço público, as distâncias do mobiliário ou suporte objeto do pedido a lancis, candeeiros, árvores ou outros elementos existentes;
  - h) Plano de operação (frequência de recolha e manutenção).
4. Todas as licenças emitidas ao abrigo do presente capítulo são tituladas por alvará de licença, cuja emissão é condição de eficácia das mesmas.

#### **Artigo D-2/74.º**

##### **CrITÉrios para a Colocação**

1. Os contentores devem garantir:
  - a) Acesso fácil para a população destinatária;
  - b) Acesso facilitado para veículos de recolha e para manutenção;
  - c) Integração estética com o espaço envolvente, tendo em consideração o enquadramento paisagístico e urbano.
2. Todos os contentores têm obrigatoriamente de exhibir:
  - a) Nome, logótipo e contactos da entidade gestora;
  - b) Indicação clara dos tipos de materiais que podem ser depositados;
  - c) O título autorizativo da sua instalação.
3. Os contentores devem apresentar boa condição estética e de conservação.
4. Ficam inteiramente a cargo da entidade responsável pela sua colocação, as seguintes obrigações:
  - a) A recolha regular do conteúdo, o que deve ocorrer com periodicidade mínima semanal;
  - b) A limpeza e higienização do equipamento e da área envolvente;
  - c) A manutenção do equipamento em bom estado de conservação, designadamente no estado apresentado no pedido inicial;
  - d) A substituição ou reparação imediata em caso de vandalismo ou deterioração, no prazo máximo de 5 dias, após comunicação pelo Município ou conhecimento por outro meio idóneo;
  - e) O encaminhamento dos materiais recolhidos, garantindo a sua reutilização, valorização e reciclagem, em conformidade com a legislação vigente, nomeadamente com o Sistema Integrado da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA).
  - f) A remoção do equipamento, no prazo de 15 dias após o término do título autorizativo;
  - g) Não transmitir a exploração do equipamento a terceiros, sem expressa autorização do Município.
5. Além das proibições de âmbito geral, é também proibida a instalação de contentores em zonas classificadas ou de proteção especial, de interesse histórico, patrimonial ou turístico salvo parecer favorável do pelouro competente

6. Sempre que se verifique a existência de contentores não autorizados, ou que violem as obrigações previstas nos números anteriores, o Município reserva-se o direito de os remover, obedecidos os procedimentos legais aplicáveis, o que correndo todas as despesas por conta do infrator.

#### **Artigo D-2/75.º**

##### **Dimensionamento dos Contentores**

É permitido instalar um contentor por cada grupo populacional equivalente a 1 500 a 2 000 habitantes, conforme densidade urbana de cada localidade (centros urbanos, periferias, áreas mais dispersas), tendo em vista uma cobertura adequada sem sobrecarga ou subutilização.

#### **Artigo D-2/76.º**

Aplica-se ao presente capítulo, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos D-2/17.º a D-2/24.º.

#### **C) Aditamento ao Artigo I/30.º - parte sancionatória**

1. Constituem contraordenações, puníveis com coima, as seguintes infrações:  
(...)
- l) A violação dos deveres previstos no Artigo D-2/74.º, por parte da entidade exploradora do equipamento.
2. São aplicáveis as seguintes coimas:  
(...)
- h) À infração prevista na alínea l) do número anterior, (euro) 200,00 e (euro) 2000,00, tratando-se de pessoa singular, ou (euro) 400 a (euro) 4000,00, no caso de se tratar de pessoa coletiva.